

JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO
ANO 22.º

DIRECTOR: ANTONIO BARÃO
SEXTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1979

CHEFE DE REDACÇÃO: JOSÉ ESTEVÃO CRUZ
AVENÇA

N.º 1145

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO

OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTONIO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTONIO — TELEF. 254

LISBOA — TELEF. 361839

FARO — TELEF. 22322

AVULSO 5500

ASPECTOS PARTICULARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (3)

ETAPAS PRÉVIAS/PLANO

As acções prévias, necessárias ao estabelecimento do Plano, deverão estar sincronizadas com o processo do Planeamento Regional, isto é, com as operações globais ou sectoriais de desenvolvimento regional que irão condicionar, fortemente, a programação e, porventura, escalonar e estabelecer prioridades nos programas de actividades dos vários concelhos.

Serviço Nacional de Bombeiros reivindicação satisfeita

Os bombeiros portugueses viram aprovadas, pela Assembleia da República, por unanimidade, importantes alterações no Decreto n.º 388/78, onde se encontra, agora, consagrada a criação do Serviço Nacional de Bombeiros, o qual tem por objectivo orientar e coordenar serviços.

A Comissão de Administração Interna e Poder Local da Assembleia da República reconheceu o importante papel que os bombeiros voluntários têm desempenhado no auxílio às populações, louvando o «carácter de associação espontânea e de fim humanitário» dos bombeiros e considerando que este «deve ser mantido e incentivado pelo seu elevado valor humano, social e educativo».

A criação do Serviço Nacional de Bombeiros dá corpo a uma velha aspiração sucessivamente preconizada pelos Congressos da Liga de Bombeiros Portugueses.

Quem, neste momento, programa e planifica aquelas operações no quadro das necessidades e prioridades regionais? Quem controla e coordena as acções que concretizam essa programação, a nível regional global e inter-concelhio?

Na Região do Algarve continua a ter graves consequências e a fazer perigar o processo de desenvolvimento o facto de não se encarar a programação imediata de operações, tão decisivas para a Região, como aquelas por nós propostas há já cerca de três anos e das quais destacamos:

— Estabelecimento das zonas prioritárias de desenvolvimento turístico.

Não é mais possível continuar-se, indiscriminadamente, a «atirar» para qualquer ponto do tecido do território da Região, com empreendimentos que, pela inexistência de infra-estruturas de apoio — rodoviárias, de saneamento básico, de serviços ou outras — dificilmente se inserem no contexto da respectiva zona.

Tem sido política desastrosa que obriga a Administração a obras muito dispendiosas, por dispersas, ao longo de toda a Região. Necessário se torna pois estabelecer política de turismo, integrando o esclarecimento sobre planos internacionais e nacionais de

férias, — aproveitamento integral das instalações —, concentrando as operações e programando-as para as zonas de maior capacidade e aptidão.

É importante para os órgãos autárquicos, na medida em que o problema se insere nas acções — Planos — dos vários concelhos e na forma de coordenar a iniciativa privada, levando-a a agir de forma disciplinada, esclarecendo-a das vantagens da concentração organizada e fornecendo-lhe os elementos necessários à programação da participação dos promotores turísticos.

— Zonas de protecção às zonas húmidas e de preservação do ambiente.

Estas zonas dizem respeito aos territórios com valores de ambiente ou culturais a preservar. Listagem inserida em relatório elaborado pelo paisagista Fausto Nascimento.

Parque natural algarvio. Área florestal. Reserva natural da ria Formosa, incluindo a reserva natural do Ludo e a zona drenante da ria de Faro. Reserva zoológica de Vila Real de Santo António. Reserva natural do Sapal de Castro Marim. Reserva natural do Guadiana. Reserva natural da serra algarvia. Reserva natural do rio Arade. Reserva natural de Monchique. Reserva natural e histórica de Sagres. Reserva natural de Aljezur. Protecção e preservação dos elementos arqueológicos existentes — com

pelo arq. Rui M. Paula

plemento da carta arqueológica. Protecção e preservação de zonas especiais da orla marítima — arribas, dunas, areias do cordão litoral, etc.

— Saneamento Básico
Estabelecimento de política de actuação, a nível regional, sobre saneamento básico. Princípios a que deverá obedecer, por forma a servir o maior número possível de população no mínimo prazo de tempo. Diagnóstico da situação e medidas globais de actuação. Equiparação e uniformização de processos e técnicas.

— Reorganização e reestruturação das indústrias tradicionais da Região — pescas, conservas, etc.

Estabelecimento das prioridades no planeamento portuário. Planeamento da indústria do Frio.

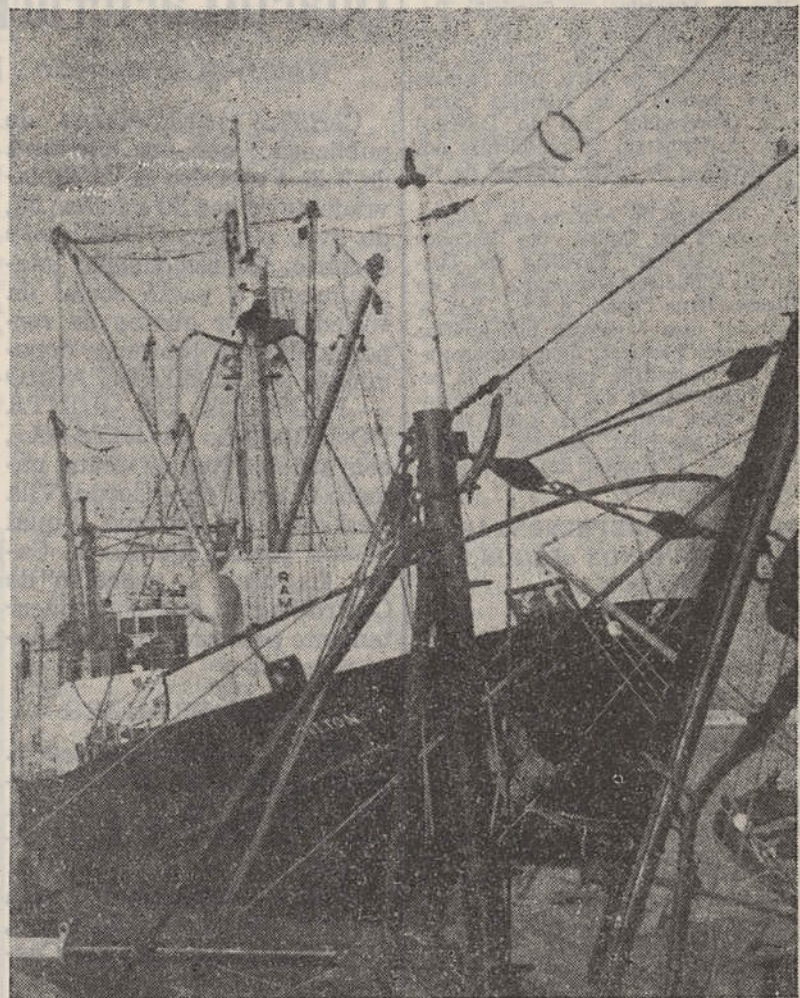
— Equipamento regional
Planificação e distribuição das grandes peças do equipamento urbano regional.

— Reordenamento da espinha dorsal regional — EN 125

Geometria do seu traçado. Grandes pontos de conflito. Variantes aos aglomerados urbanos.

— Variante à EN 125 em Portimão
Dada a situação caótica desta via, necessidade urgente de novo traçado.

(Conclui na 3.ª página)



Esta sugestiva imagem onde se entrelaçam os cabos da traineira e do barco de maior calado, exprimem duas realidades inseparavelmente ligadas à vida do rio, de novo ameaçada pelo recente reassoreamento da barra do Guadiana

GUADIANA DE NOVO FECHADO À NAVEGAÇÃO

CONFIRMAM-SE as suspeitas que manifestámos no número anterior do nosso Jornal sobre o assoreamento da barra do Guadiana. Com efeito, uma sondagem efectuada sob a responsabilidade do chefe do Departamento de Pilotagem de Vila Real de Santo António, António José Francisco, revela que, na direcção da bóia número dois, a mais distante da terra, a areia cobriu uma altura que vai de 7 pés, junto ao molhe espanhol, até 13 pés, do lado português. Perto da bóia número três, os fundos assoaram cerca de 5 pés e, na bóia número quatro, apenas 1,06 pés.

Pode, com prioridade, dizer-se que

as recentes dragagens ficaram inutilizadas e é de todo impossível a entrada dos navios que se esperavam para carregar a alfarroba de S. Bartolomeu de Messines e descarregar o atum para laboração das fábricas de conservas de Vila Real de Santo António, com as consequências nefastas que tal facto acarreta para a vida dos estivadores.

Estamos pois, voltados ao princípio. O rio continua a revoltar-se contra a incipiência dos homens, incapazes de o domar ou de ter a coragem de o domar. O molhe espanhol, assim como está não serve. É urgente que as autoridades dos dois países vizinhos se debrucem sobre este problema. O molhe de retenção das areias, que são

(Conclui na 4.ª página)

ALCOUTIM ESPERA POR VERBAS

por Marcelino Viegas

SE há terras por este País fora que parecem condenadas (sem se saber por quê), estranguladas no seu dinamismo por razões que não se descorrem para além dos interesses mesquinhos de «políticos sádicos e inimigos do seu povo» — Alcoutim, vila raiana, incrustada no nordeste algarvio, aos pés do Guadiana, é, sem dúvida, das mais tragicamente assoladas. E com ela todo o seu extenso concelho. Dir-se-ia que o «tempo» por ali parou. Que uma preceito «bomba de neutrões» havia dizimado as

gentes, afugentando as raras espécies que osaram sobreviver. Que a «morte lenta» levava vantagem sobre as hipóteses, fragmentadas, da vida (real)...

O «25 d'Abril» encontrou por ali uma vasta região ao Deus-dará. De terra queimada, pela má política sa

(Conclui na 4.ª página)

O CASO PAULO PINTO

DO Ministério da Justiça, Serviços Tutelares de Menores, Centro de Observação Anexo ao Tribunal Central de Menores de Lisboa, recebemos um ofício, cujo conteúdo passamos a transcrever:

«Em referência à notícia publicada neste jornal, no passado dia 26 de Janeiro, sob o título «Criança presa em Caxias» e seguida de transcrição de uma «Carta Aberta a Paulo Pinto — Prisão de Caxias — Lisboa», cumpre-nos esclarecer V. Ex.ª de que o citado menor não se encontra detido na Prisão de Caxias, mas sim internado neste Centro de Observação e Acção Social de Lisboa, a funcionar provisoriamente em instalações do Instituto «Padre António de Oliveira», situado em Caxias.

Mais se esclarece que o referido menor não está sujeito a regime de carácter prisional, encontrando-se sob protecção dos Serviços Tutelares de Menores, enquanto se procede ao estudo do seu caso, para adopção das medidas que forem mais adequadas em seu benefício e com vista à sua melhor integração social.

Como é do conhecimento de V. Ex.ª, os menores de 16 anos em Portugal são considerados inimputáveis e, como tal, isentos de responsabilidade criminal.

Esperando que tal esclarecimento possa interessar o público leitor desse jornal, (...) segue-se o protocolo habitual.

Também do Comando Distrital de Faro da Polícia de Segurança Pública recebemos a seguinte nota:

«No jornal que V. Ex.ª dirige e assinado pelo sr. Deodato Santos foi publicado, no passado dia 9, um artigo referente à detenção de um menor que deturpa a verdade.

Notícia de teor idêntico foi igualmente publicada no passado dia 26 de Janeiro, assinada com as iniciais T. N.

Caso aos dois jornalistas interessasse o conhecimento e a divulga-

ção da verdade, este Comando está pronto a facultar-lhes os elementos de que dispõe e os esclarecimentos que acharem convenientes.»

N. R. — Os nossos leitores leram a carta dos alunos da Escola do Carmo. Vamos agora transcrever a carta do Paulo Pinto, que traz o seguinte remete: Centro de Observação e Acção Social, 1.100 Lisboa, Caxias:

«Olá turma:
«Pois escrevo-lhes esta carta a

(Conclui na 3.ª página)

NOTA da redacção

O CARNAVAL passou. Já se foi o bulício das ruas deste Algarve, das salas de baile. Os «papelinhos» já estão varridos, já não soam as notas do samba, do corrido ou do último grito da POP MUSIC. No revivalismo do rock, os Travolta cá da casa já têm as pernas enguçadas pelo cansaço. Os carros alegóricos voltaram aos armazéns onde serão silêncio pelo ano fora. Que fiçou?

Foi benéfico que este ano o Carnaval se estendesse por todo o Algarve: Lagos, Albufeira, Loulé, Moncarapacho, Olhão, Vila Real de Santo António. Não haverá assim o despeito, a controvérsia, as tomadas de posição do ano passado, quando tudo se concentrou em Loulé, desde a iniciativa às verbas da Comissão Regional de Turismo.

Porém, quem esteve de olhos atentos e abertos às diversas manifestações ao longo da Província, constatou por certo a realidade que se afirma: o Carnaval do Algarve é, ano a ano, mais uma necessidade do calendário de anima-

Cooperativa Bloco quer aplicação da Lei das Finanças Locais

A DIRECÇÃO da Cooperativa Bloco, considerando que a proposta da Lei para o Orçamento Geral do Estado, apresentada pelo Governo, permite ignorar a Lei das Finanças Locais já aprovada e que «é imperativa, à qual também o Governo da Nação deve obedecer» aprovou a seguinte moção, a enviar aos diferentes Órgãos de Soberania, Autárquicos e meios de Comunicação Social:

MOÇÃO — A Direcção da Cooperativa Bloco, exige à Assembleia da República, que não seja aprovado qualquer Orçamento Geral do Estado sem a aplicação da Lei das Finanças Locais.

CINZAS

ção turística que um desejo profundo sentido pelas populações. A economia é quem o gera. As classes mais interessadas na sua realização, pequenos e médios comerciantes e industriais de hotelaria, não lhe tomam, contudo, o comando, a dinamização, deixando-lhes os créditos em mãos alheias. A austeridade nas bolsas também causa danos. Pouca alegria, pouca participação. Só a irreverência da juventude e a alegria da petizada põe aqui e ali o sorriso nos lábios, a gargalhada sadia, dá a esfrega tradicional. O mais fica para os bailes, entre grupos mais homogêneos, entre o par certo ou a família da namorada que se quer conquistar. Porém, o balanço é positivo. É necessário dar a quem nos visita qualquer coisa de novo. Mas para que todo um povo participe, é necessária a solução de muitos problemas pendentes, das muitas agressividades latentes e mais alegria nas bolsas. Carnaval, até para o ano! Agora são as cinzas.

Infracções ao trânsito rodoviário, no Algarve

NO decurso do mês de Janeiro, a PSP detectou, na área da sua acção no Algarve, 572 infracções à legislação rodoviária. Os maiores números de transgressões verificaram-se em 247 estacionamentos irregulares e 148 desobediências à sinalização.

Foi detido um indivíduo por andar a conduzir sem possuir os documentos legais.

SOBE O LEITE AUMENTA O VINHO

MUITA gente se chega ao pé de mim e com voz lamentosa geme a sua inquietação a respeito do aumento de preços. E pergunta-me onde isto vai parar. E eu sempre respondo: isto vai parar ao ano dois mil e do ano três mil ao ano três mil e do ano três mil ao ano quatro mil e por aí fora, até ao infinito...

O aumento de preços é indispensável. Como pode ser bem pago um operário se a fábrica tiver de vender o produto a baixo preço? E o trabalhador tem o direito de viver uma vida decente. Longe vai o tempo em que um senhor, proprietário de tantas herdades quantas se viam duma torre que tinha mandado fazer numa colina, despedia quantos trabalhado-

pelo dr. Afonso de Castro Mendes

res apanhava a ler o jornal (rigorosamente autêntico) e proibia-os de comprar telefónicas, mesmo que para tanto conseguissem economizar o dinheiro necessário... Agora uma coisa que eu não posso compreender é a maneira como os preços aumentam em Portugal.

Em Espanha os preços aumentam. Mas um artigo que custava cem em Janeiro custa cem em Fevereiro e só em Abril custará 105... Em Portugal um artigo que custa 50 na quarta-feira se não o comprarmos logo custar-nos-á 75 na quinta-feira, 130 na sexta-feira e por aí fora... Isto é que me parece

(Conclui na 4.ª página)

A saúde é a maior riqueza

Muitas pessoas, quando tomam antibióticos, páram impulsivamente de o fazer, logo que se sentem melhor ou curadas, não sabendo que, com este procedimento, podem provocar a formação de resistências da parte do micro-organismo causador da doença e criar complicações em tratamentos posteriores.

Cumpra as indicações do médico e tome sempre todas as cápsulas, mesmo que se sinta curado.

TURISMO EM NOTÍCIA

NOVA AGÊNCIA DE VIAGENS EM FARO

A partir de 1 de Março, a capital algarvia disporá de uma nova agência de turismo e viagens, a «Wagon-Lits».

ALGARVE VAI TER SEMANA REGIONAL EM LISBOA

Com início marcado para 3 de Março, decorrerá a «Semana do Algarve», organizada pela Casa do Algarve, em Lisboa, com o apoio e colaboração do Governo Civil de Faro, Câmaras Municipais e Comissão Regional de Turismo do algarve.

A «Semana do Algarve em Lisboa» acontecerá no Coliseu dos Recreios (Noite Algarvia), Pavilhão dos Desportos, Biblioteca Nacional e Casa do Algarve (Rua Capelo, n.º 5 - 2.º).

ALBUFEIRA REPRESENTARÁ O ALGARVE NOS «JOGOS SEM FRONTEIRAS» NA GRÃ-BRETANHA

Portugal foi escolhido para a realização de uma edição dos «Jogos sem fronteiras», merecendo a escolha em detrimento da Espanha (foi considerado o facto da RTP haver transmitido sempre esta série televisiva ao invés da TVE), a qual se efectuará no Estoril, em 5 de Setembro.

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DO ALGARVE

No âmbito da reestruturação da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, de acordo com a recente legislação publicada para o sector, foram nomeados acesores técnicos do Director da EHTA, Horácio Cavaco Guerreiro, os técnicos do Centro Nacional de Formação Turística e Hotelaria, Esteban Medel do Carmo e Alvaro Paulino Revez.

FILATELIA EXPOSIÇÃO DE TEMÁTICA (TURIPEX) NO ALGARVE

Por iniciativa da Secção de Coleccionismo do Clube União Portimonense, a quem se deve um já valioso conjunto de iniciativas, vai decorrer, de 9 a 15 de Junho, próximo, a TURIPEX 79.

Espectáculos musicais em todo o Algarve

Com a participação dos grupos corais do Conservatório Regional do Algarve (Faro) e de Lagos e ainda da Banda de Música Juventude Algarvia de Alcantarilha, a delegação regional do FAOJ irá promover nos meses de Março, Maio, Junho, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, espectáculos musicais em vilas e aldeias do Algarve.

sociação Portuguesa de Maximafilia (que terá a seu cargo o sector específico de postais máximos), a qual vai efectuar-se no Hotel Alvor Praia.

Podem concorrer filatelistas e maximafilistas portugueses e estrangeiros, cujas colecções estejam relacionadas com o Turismo, assim como jornalistas e escritores filatélicos, estes com livros de filatelia temática, estudos filatélicos publicados em revistas, catálogos ou jornais que se reportem ao tema em questão publicados a partir de 1977 e até 15 de Abril do corrente ano.

Quarto Cartório Notarial de Lisboa

Notário-Licenciado: Henrique Vaz Lacerda

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura de 9 de Fevereiro de 1979, lavrada de folhas 30 a folhas 35, do livro número C 106, deste cartório, foi remodelado integralmente o pacto social da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada «SOCIEDADE AGROPECUÁRIA DA QUINTA DO CASAL, LIMITADA», com sede na Rua de Ceuta, número 6, em Monte Gordo, Vila Real de Santo António, a qual passou para a Quinta do Casal, freguesia e concelho de Castro Marim, que, consequentemente passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

UM — A sociedade tem a denominação de «SOCIEDADE AGROPECUÁRIA DA QUINTA DO CASAL, LIMITADA».

DOIS — A sociedade tem a sua sede na Quinta do Casal, freguesia e concelho de Castro Marim.

TRÊS — A sociedade, mediante prévia deliberação do conselho de administração, poderá estabelecer sucursais, filiais ou quaisquer outras formas de representação em quaisquer outros locais do país, desde que o considere útil aos interesses sociais.

QUATRO — A sociedade, mediante prévia deliberação do conselho de administração, poderá transferir a sede social para qualquer outro local do país.

ARTIGO SEGUNDO

A duração da sociedade continua por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO

A sociedade tem por objecto:

- a) a exploração agro-pecuária;
b) qualquer outra actividade a que a sociedade, mediante prévia deliberação da assembleia geral, resolva dedicar-se.

ARTIGO QUARTO

UM — O capital social é a quantia de TRÊS MILHÕES DE ESCUDOS, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma quota de um milhão de escudos pertencente ao sócio Eng.º Renato Rodrigues Celorico Drago;

Uma quota de um milhão de escudos pertencente ao sócio Eng.º Vidal Rodrigues Celorico Drago; e

Uma quota de um milhão de escudos pertencente à sócia Maria Stela Rodrigues Celorico Drago Casado.

DOIS — Só por deliberação unânime de todos os sócios poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital. Qualquer sócio poderá, porém fazer à Caixa Social os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que os sócios acordarem em assembleia geral.

ARTIGO QUINTO

UM — É livre a cessão de quotas entre sócios.
DOIS — A cessão de quotas,

Écos

Partidas e chegadas

Por ter sido transferido para a Repartição de Finanças de Faro, mudou a residência para aquela localidade o nosso assinante sr. José Manuel Justo de Sousa.

De passagem por Vila Real de Santo António esteve na nossa Redacção, acompanhado de seu filho, o sr. João do Nascimento Horta, nosso assinante em Lisboa.

Baptizado

Na capela de S. Michel, em Paris, realizou-se o baptizado do menino

João Manuel Vicente Pereira, filho da sr.ª D. Graciete Gonçalves Vicente Pereira e do sr. João Luís do Carmo Pereira. Foram padrinhos o sr. Luís Horta Domingues e a sr.ª D. Maria Júlia do Rosário Feliciano.

Doente

Na casa de saúde da Família Militar em Lisboa, foi submetido a uma intervenção cirúrgica que felizmente decorreu sem incidentes, o nosso compatriota sr. major de Engenharia João José Roberto Domingues, chefe da Delegação em Évora, da Direcção dos Serviços de Fortificações e Obras do Exército e residente naquela cidade.

Farmácias

DE SERVIÇO

Em ALBUFEIRA, hoje, a Farmácia Piedade; e até quinta-feira, a Farmácia Alves de Sousa.

Em FARO, hoje, a Farmácia Baptista; amanhã, Oliveira Bomba; domingo, Alexandre; segunda-feira, Crespo Santos; terça, Paula; quarta, Almeida e quinta-feira, Montepio.

Em LAGOS, hoje, a Farmácia Ribeiro Lopes; amanhã, Lacobrigense; domingo, Silva; segunda-feira, Neves; terça, Ribeiro Lopes; quarta, Lacobrigense e quinta-feira, Silva.

Em LOULÉ, hoje, a Farmácia Avenida; amanhã, Madeira; domingo, Chagas; segunda-feira, Pinheiro; terça, Pinto; quarta, Avenida e quinta-feira, Madeira.

Em OLHÃO, hoje, a Farmácia Ferro; amanhã, Rocha; domingo, Pacheco; segunda-feira, Progresso; terça, Olhanense; quarta, Ferro e quinta-feira, Rocha.

Em PORTIMÃO, hoje, a Farmácia Moderna; amanhã, Carvalho; domingo, Amparo; segunda-feira, Dias; terça, Central; quarta, Oliveira Furtado e quinta-feira, Moderna.

Em TAVIRA, hoje, a Farmácia Montepio; amanhã, Aboim; domingo, Central; segunda-feira, Franco; terça, Sousa; quarta, Montepio e quinta-feira, Aboim.

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, hoje, a Farmácia Silva; e até quinta-feira, a Farmácia Carrilho.

Televisão

Algumas rubricas que poderá ver no 1.º Programa da R. T. P.:

Hoje, às 20,30 horas, «O astro»; 22,15, «Poldark», série filmada.

Amanhã, às 14,45 horas, Eurovíscio — Rugby-Inglaterra; 16,50, Circo; 17,30, «Nicholas Nickleby»; 18, Animação; 21, Alamedas da noite — «Amar sem amor»; 22,55, Algarve em Lisboa.

Domingo, às 13,30 horas, TV rural; 15,30, «Barril de pólvora»; 21,15, «Os Marretas»; 22,10, «O homem que matou o diabo».

Segunda-feira, às 20,30 horas, «O astro»; 21,10, Os anos do século — «Guerra inútil»; 22, «O planeta dos homens».

Terça-feira, às 18,35 horas, «Os cin-

Teatro em Monchique

O Grupo de Monchique do CNE (Corpo Nacional de Escutas) promove naquela vila um espectáculo teatral constituído pela representação da comédia «A birra do morto» e de um acto de variedades.

ou pessoas a quem a sua representação legalmente pertencer ou pela pessoa para o efeito indicada por escrito à sociedade em simples carta.

ARTIGO DÉCIMO

UM — Os balanços serão anuais e encerrados em trinta e um de Dezembro de cada ano.

DOIS — Os lucros líquidos neles apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, sempre que a tal houver lugar, serão postos à disposição da assembleia geral para os fins que esta tiver por convenientes.

Está de conformidade com o original e na parte omitida, nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Lisboa, treze de Fevereiro de mil novecentos setenta e nove.

O 3.º Ajudante do Cartório

Assinatura ilegível 185

AGENDA

Quinta-feira, às 20,30 horas, «O astro»; 21,50, A comédia e a vida — «Roma... era assim».

Quarta-feira, às 20 horas, «O astro»; 21,20, Estúdio 2 — «Um sarau na corte de D. Manuel»; 22,15, Amália Rodrigues.

Quinta-feira, às 20,30 horas, «O astro»; 21,45, Espaço Musical — «Mar de Setembro»; 22,20, «Planeta dos macacos».

Cinemas

Em ALBUFEIRA, no Cine-Pax, hoje, «Férias tentadoras»; amanhã, «O voo das águias»; domingo, «A inglesa romântica».

Em LAGOS, no Teatro Cinema Império, hoje, «O mundo do sexo»; amanhã, «O incrível capitão Nemo»; domingo, «Choque de estrelas»; terça-feira, «Esposa amante»; quarta-feira, «Duplo crime na Roma antiga»; quinta-feira, «Jovens em apuros».

Em PORTIMÃO, no Cine-Teatro, hoje, «Esposa amante»; amanhã e domingo, «O polícia 777»; segunda-feira, «O mundo do sexo»; terça-feira, «Irmãs gêmeas»; quarta-feira, «A lenda do xerife Pusser»; quinta-feira, «O uivo».

Em SILVES, no Cine-Teatro Silvesense, hoje, «Barreira de fogo»; amanhã, «Scorchy, agente federal»; domingo, em matiné e soirée, «O choque das estrelas»; terça-feira, «A filha da casta Susana»; quinta-feira, «Alta ansiedade».

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, no Cine-Foz, amanhã, «Keowa»; domingo, «Monty Pitton e o cálice sagrado»; terça-feira, «Terror de Drácula»; quinta-feira, «Spartacus».

D. Stela Rodrigues Valente



Em Nice (França), faleceu subitamente a sr.ª D. Stela Rodrigues Valente, de 39 anos, natural de Vila Real de Santo António, que deixa viúvo o sr. Eurico Rodrigues Valente. Era mãe das meninas Brigitte Rodrigues e Adélia Rodrigues, filha da sr.ª D. Rita Viegas e do sr. Luís Simões do Brito, irmão dos srs. Vítor Simões do Brito e José Pedro Simões do Brito e cunhada das sr.ªs D. Lina Brito e D. Maria João Barreto Brito.

Luís Inácio Martins

Em Vila Real de Santo António, onde residia há largos anos, faleceu o sr. Luís Inácio Martins, de 82 anos, natural de Faro, que deixa viúva a sr.ª D. Gracinda Maria Teixeira Martins. Era pai das sr.ªs D. Maria José Morlêra Gomes Martins Lameiras, casada com o sr. Américo António Lameiras e D. Rita Morlêra Martins Isidro, casada com o sr. António Isidro; avó da sr.ª D. Maria Clara Martins Isidro Palma Nobre, casada com o sr. João Palma Nobre e dos srs. José Luís Martins Isidro, casado com a sr.ª D. Carla Mesquita de Andrade Isidro, Cândido Martins Lameiras, casado com a sr.ª D. Natália Garcia Alves Lameiras e Luís Martins Lameiras e bisavó do menino António Manuel Martins Palma Nobre.

As famílias enlutadas, apresenta Jornal do Algarve sentidos pésames.

Necrologia Lotas

De 10 a 21 de Fevereiro

D. Aurora Celeste Viegas Libório Correia

Faleceu, na Amadora, a sr.ª D. Aurora Celeste Viegas Libório Correia, esposa do sr. João Francisco Correia, mãe do sr. eng. João Manuel Viegas Libório Correia e irmã da sr.ª D. Idel Maria Viegas Libório e do sr. José António Viegas Libório (chefe da Circunscrição Postal do Algarve).

O funeral efectuou-se após celebração da Eucaristia, da Igreja da Misericórdia, para o cemitério da Esperança, em Faro.

D. Laura Rua Freitas Guimarães

Em Faro, onde há muitos anos reside, faleceu a sr.ª D. Laura Rua Guimarães, de 81 anos, natural de Loulé. A extinta era esposa do sr. capitão Matias de Freitas Guimarães (antigo presidente da Câmara Municipal de Faro) e mãe da sr.ª D. Maria Emília Freitas Cavaco e do sr. eng. Eduardo Rua de Freitas Guimarães.

O funeral efectuou-se da Igreja da Misericórdia em Faro, após missa de corpo presente.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

AGRADECIMENTO



LUÍS INÁCIO MARTINS

Faleceu em 19-2-79

Sua família agradece reconhecida a todas as pessoas que acompanharam o ente querido à última morada ou de qualquer outro modo manifestaram o seu pesar pela sua morte.

187

De 15 a 20 de Fevereiro

OLHÃO

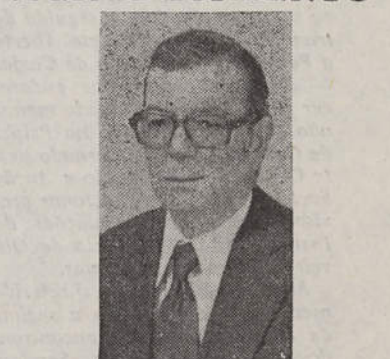
TRAIINEIRAS:

Table with 2 columns: Name and Amount. Includes Estrela do Sul, Pérola Algarvia, Nova Esperança, Cidade de Benguela, Princesa do Sul, Nova Clarinha, Norte, Audaz, Alecrim, Nova Sr.ª Piedade, Costa Azul, Conserveira, Cajú, Amazona, Diamante, Arda, Infante.

Total . . . 3 783 300\$00

PORTIMÃO

AGRADECIMENTO



JOSÉ MARTINS DUARTE

A família de José Martins Duarte agradece reconhecida a todas as pessoas que acompanharam o seu ente querido à sua última morada ou que de qualquer outro modo manifestaram o seu pesar pela sua morte.

191

Funerária do Sul, Lda. Gerência de João Estêvão. Funerais, trasladações e artigos religiosos. Rua Paula Vicente 15, Praça Humberto Delgado, 4-A. (Junto ao Mercado das Torcatas). Telef. 276 10 45 - 276 11 20. ALMADA

VENDEM-SE CAMIONS - USADOS

Provenientes de trocas, abaixo do valor comercial, diversas marcas e tonelagens.

Contactar com: S. C. I. A. Francisco Batista Russo & Irmão, S.A.R.L.—Filial de Faro—Largo do Mercado, 33
FARO 165

Aspectos Particulares do Desenvolvimento Regional

(Conclusão da 1.ª página)

interessando os concelhos de Lagoa, Portimão e Lagos. Sua inserção no Plano Integrado Lagos/Portimão.

— Habitação Social

Os núcleos já existentes — caso dos antigos bairros municipais — estabelecimento de política regional face às necessidades de manutenção e conservação e da transferência dos direitos de propriedade. Apoio às populações, urbanas ou rurais, na recuperação das habitações degradadas. Plano de fomento habitacional à escala da Região.

Por aqui se vê, conforme vínhamos afirmando, da necessidade de esclarecer, a nível regional, os condicionamentos a impor a cada zona (concelho) ou aos programas de actuação sectoriais. Portanto, primeira acção prévia, porventura condicionante do Plano Director Concelho ou Inter-Concelho — Integração dos dados regionais nos programas de desenvolvimento dos Planos Directores dos vários Concelhos ou Inter-Concelhos.

Em todas as «etapas prévias» a presença das populações é fundamental (e de direito) nas várias opções a tomar. O esclarecimento dos problemas que dizem respeito às populações é feito através da sua própria participação, porque os objectivos das operações a realizar deverão ter uma aceitação o mais alargada possível e devem ser orientados no esclarecimento e dinamização dos Grupos Sociais interessados.

Por outro lado que tipo de promotores vão intervir. São públicos ou privados? Qual o grau de participação de cada um? Com que créditos se faz essa intervenção?

Mais, que Grupos Sociais vão viver e usar as estruturas a criar? Parece portanto impor-se, também e ainda, como processo de diagnóstico, a análise da situação sócio-económica e cultural existente, o esclarecimento das inter-relações das várias zonas, a definição dos parâmetros de desenvolvimento e as prioridades, bem como as aspirações e necessidades das populações. Factores estes que virão a estabelecer a política de actuação do Município ou Inter-municipal, a planificação da sua acção e, fundamentalmente, os princípios e bases orientadoras do Plano Director.

Esta última etapa, dirigida muito concretamente à elaboração do Plano, define as grandes linhas de desenvolvimento a que o Plano se deverá submeter, as metas a atingir e os objectivos a alcançar.

Por outro lado, esclarece a vocação das grandes concentrações populacionais e a medida de desenvolvimento dos núcleos urbanos. Define ainda, por força de determinados critérios, o âmbito da intervenção e estabelece o «modelo» de decisões que garanta a execução, por forma coerente e gradual, das linhas de acção definidas no Plano.

Passemos agora à análise, embora sumária, do problema «elaboração do Plano».

Coligidos os dados e estabelecidas as conclusões das «etapas prévias», elaborado o dossier que define a orientação a seguir no desenvolvimento e concretização das várias fases do Plano, pretende-se, consequentemente, obter um instrumento útil à acção municipal que contribua para o estabelecimento dos programas de actividades dos Municípios, que oriente a iniciativa privada, que esclareça os municípios, que garanta as opções feitas pelas populações e que contribua, efectivamente, para a criação de bem estar e riqueza em benefício dessas mesmas populações.

Quem deverá elaborar o Plano? Quais os critérios que deverão orientar não só a orgânica e a estruturação das equipas técnicas como também a escolha dos próprios elementos que as virão a compor?

Mais, que esquemas se oferecem aos Municípios para avaliação das possibilidades, conforme o grau de decisão a tomar?

Vejamos. Embora pensem que se

podrá recorrer a Grupos de Trabalho pluridisciplinares, quer por Concurso Público ou privado (aqui a participação das Associações profissionais é imprescindível, dada a necessidade de estabelecer normas, regulamentos e sua divulgação pelos técnicos bem como o esclarecimento dos critérios de avaliação, juris, etc. — caso do êxito obtido no Concurso Público para a elaboração do Plano Director de Évora.) quer por contratação de técnicos qualificados, isolados ou em associação, pensamos também que as soluções a adoptar deverão estar, preferencialmente, na criação de estruturas técnicas de apoio, interessando os técnicos e os seus gabinetes implantados na Região e mobilizando os recursos humanos existentes na participação e resolução dos problemas locais.

Essas estruturas técnicas actuarão no sentido de assumirem, junto do Município, uma função de intérprete das linhas orientadoras definidas para o desenvolvimento da Região, apoiando as decisões a tomar em matéria de política urbana, definindo as medidas necessárias que permitam aos Municípios exercer uma acção cautelar imediata, estabelecendo as zonas prioritárias de intervenção para as quais se proporão formas específicas de actuação e, finalmente, elaborando um «sistema de acções», devidamente enquadrado numa estratégia global de aplicação do Plano.

Tal dinamização de recursos pressupõe, certamente, a interferência na organização de trabalho, as garantias de continuidade de actuação, o apoio financeiro, etc.

Serão os Gabinetes Técnicos de apoio às Federações ou Agrupamentos de Municípios que terão a responsabilidade das propostas ao respectivo Colectivo no sentido de, de acordo com o grau de intervenção pretendida, esclarecer as formas que a resolução dos problemas exige. Serão eles que coordenarão, dentro do processo Plano, a leitura e a transposição da análise dos elementos recolhidos e das orientações estabelecidas, transformando-as em propostas de ordenamento regional ou concelhio que seja sentido pelas populações como seu e no qual, no interesse da comunidade, encontrarão as soluções para a resolução dos problemas.

A mobilização dos órgãos de base — juntas de freguesia, comissões de moradores, associações profissionais, etc. — no sentido da permanente actualização dos dados, permitirá ainda garantir a constante revisão e ajustamento das propostas feitas, da justiça dos princípios que as informou e a sua correcção em presença de novos elementos.

Por outro lado, com um Plano assim organizado, os órgãos autárquicos passarão a dispor de um instrumento que lhes permitirá o domínio da iniciativa, estabelecendo, se necessário, alternativas às propostas da iniciativa privada cuja satisfação viesse colidir com os interesses da colectividade. Igualmente conciliará, a partir dele, as acções tomadas a nível do interesse regional e nacional com as realidades locais e articulará as disponibilidades orçamentais com as possibilidades de execução prática.

Os organismos públicos intervenientes deverão ser comprometidos na concretização dos objectivos que o Plano se propõe atingir, pelo que a sua responsabilização deverá ser uma realidade bem como o esclarecimento sobre investimentos, sobre jurisdição das áreas de intervenção, sobre grau de intervenção, etc.

De forma extremamente relevante, a clareza e a adaptação às realidades das decisões e opções tomadas, quer globalmente quer em casos pontuais, que serão a consequência natural da acção municipal, permitirão a ultrapassagem de tensões e anularão as tentativas de sobreposição dos vários interesses.

Consideramos que, neste momento, tem a maior importância e oportunidade o esclarecimento dos problemas ligados ao Planeamento Regional e ao Desenvolvimento das Regiões e pensamos que esta nossa participação tenha, de qualquer forma, contribuído para atingir esse objectivo.

Conforme esclarecemos no artigo anterior, foi nossa intenção chamar a atenção dos Municípios para aspectos de grande relevância da sua acção — política municipal, planos de acção, metodologia de processos, etc. — e para a responsabilidade que irá ser exigida aos elementos que compõem as Câmaras, no momento da aplicação da Lei das Finanças Locais e início da Descentralização Administrativa, dado que não poderá vir a ser posta em causa a capacidade da região autárquica.

Correio de Lagos

(Conclusão da última página)

de não darem espectáculo, teriam utilidade para se apurar do interesse dos possuidores ou conhecerem-se os verdadeiramente abandonados.

E, porque não julgamos impossível a adopção de medidas tendentes a evitar espectáculos como os que as matilhas de cães à solta oferecem, até nas artérias mais concorridas da cidade, oxalá as mesmas não se façam esperar.

TEREMOS DESTA VEZ OBRAS QUE RESULTEM A BEM DO PORTO DE LAGOS?

Lagos tem visto muitas vezes iniciar obras no seu porto sem que resultados práticos das mesmas se alcancem. Os

pescadores, quando o mar está revolto, muitas vezes ei-los a recorrer ao porto de Portimão, para abrigarem seus barcos. Isto, segundo os entendidos, por ausência de molhe de protecção, que partindo do Pinhão, até atingir ponto considerado pelos técnicos marcante para o abrigo da baía, constituiria o porto natural a que, mercê de jogos políticos e pouco interesse das esferas governamentais, se tem fugido, com prejuízo não só do progresso de Lagos, como da economia da Nação.

Há algum tempo uma draga actua com vista ao desassoreamento da barra, estando projectado o reafundamento do canal, que, segundo dizem, permitirá navegação dos barcos dos pescadores até pequeno abrigo a construir na fase em curso.

Surgirão frutos que compensem o montante a despendido? Não será mais um remendo que, depois de aplicado, não resista à mais pequena intempérie? Reafundar o canal é sempre útil, mas se o assoreamento continuar como até agora, não será a navegação «sol de pouca dura»? A T. V. esteve em Lagos, filmou aspectos das obras em curso e de algo mais tendente a que os tele-espectadores fiquem conhecendo o pouco do muito que há a fazer. Os responsáveis pelos destinos de Lagos dão esperanças de que tudo ficará encaminhado para obras de maior vulto se a prática aconselhar.

Aguardemos pois e formulemos votos para que o montante autorizado para a fase em curso seja bem administrado.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Estores Persianas

Fazem-se e reparam-se, em alumínio, metálicos, plásticos e verticais. Colocam-se em automóveis. Vendem-se acessórios.

Trata: Gavino B. Simões — Rua D. Francisco Gomes, 37-3.º Esq. — Telef. 69 — Vila Real de Santo António.

AGENTE - COMMISSIONISTA

Importante Empresa de Ferragens de Águeda aceita agente exclusivo na província do Algarve. Requer-se pessoa familiarizada com o ramo, apta a desenvolver política de promoção de vendas.

Respostas a MAFOL - Apartado 79

3751 ÁGUEDA Codex

156

EDIFÍCIO SANTO ANTÓNIO

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

★ Mais 40 fogos de 3 e 4 assoalhadas e 2 lojas num edifício de 11 pisos, estão a ser concluídos pela Empresa de Construções Símbolo, Lda. junto à Praça de Toiros.

★ Se reside em Vila Real de Santo António adquira o seu próprio andar e habite num dos mais modernos edifícios da vila.

★ Se pretende um bom investimento As características deste edifício garantem-lhe:

- ★ Qualidade
- ★ Valorização
- ★ Rendimento
- ★ Ocupação e rendimento

Peça-nos informações:

Status

— VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
EDIFÍCIO SANTO ANTÓNIO
— LISBOA
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 74-8.º
Telefones 778100/778540

FIRESTONE

PNEUS

TAVIRA: Rua D. Marcelino Franco, 45
e Pr. Zacarias Guerreiro, 3-A
COM ALINHAMENTO DE DIRECÇÕES

O caso Paulo Pinto

(Conclusão da 1.ª página)

perguntar como vai isso aí? vai bem?

«Eu aqui não estou bem nem mal, pois gostava de ir para junto de vocês. Olhem, encontrei cá um amigo de Faro, digam à senhora prof.ª Amélia para mandar a direcção pois eu não percebo a letra, aqui não há escola estou muito triste aqui não consigo viver. Espero que escrevam brevemente.»

«Um abraço para vocês e professora que nunca esquece.»

Paulo Jorge

Numa das folhas da carta está desenhado um coração, atravessado por uma seta, onde se lê: ESCOLA.

Uma das pessoas que mais se tem interessado pelo caso do Paulo Jorge (e aqui deixamos de o chamar Paulo Pinto, já vão perceber porquê) é o dr. Emílio Coroa, pelo que lhe solicitámos uma entrevista telefónica, na qual nos relatou as várias peripécias deste caso.

O Paulo Jorge é filho de pais menores (na altura), tendo o pai abandonado a mãe, logo após o nascimento da criança. A mãe incapaz de fazer frente às dificuldades da vida, caiu nas malhas da prostituição, necessitando, para poder sair à vontade, que o bebé tivesse um sono profundo. Para tanto, dos 13 aos 26 meses, passou a administrar-lhe uma dose de medronheira de Monchique, com todos os problemas que um tal procedimento acarreta. O Paulo Jorge é desprezado pelo pai a quem nutre um ódio profundo, não podendo sequer ouvir chamar pelo apelido da família paterna, Pinto. O Paulo atirava-se, na escola, a qualquer gaiato que lhe chamasse Paulo.

No dia 17 de Dezembro de 1978, após terem assistido, em Faro, na véspera, ao espectáculo da operação «pirâmide», o Paulo, o Palhinhas e o

Palhinhas Júnior, «quadrilha» famosa respectivamente com 12, 14 e 10 anos, resolveram assaltar o armazém onde se encontravam guardadas as oferendas. Mas, como escreveu o nosso colaborador Deodato Santos, um roubo nesta idade não é um roubo, é algo mais complexo, os rapazes não levaram lanternas ou qualquer outro objecto luminoso para ver bem o «serviço». Assim, com a maior das facilidades, o guarda-nocturno os descobriu, dado que fizeram um fogueiro com fósforos e papéis para alumiar o «bol». Dado o alarme, compareceram a PSP, com o seu Corpo de Intervenção, e os Bombeiros. (Daqui o aparato policial mencionado).

Ainda segundo o dr. Emílio Coroa, o injustificável é que os gaiatos tivessem sido levados em carro celular para a prisão de Faro, onde o Paulo Jorge permaneceu atrás das grades (apesar de ser inimputável, como diz o Tribunal Central de Menores de Lisboa) desde o dia 17 de Dezembro até ao dia 5 de Janeiro, altura que foi transportado para Caxias. Portanto, prisioneiro durante 19 dias. O dr. Coroa tentou que o rapaz não passasse o Natal na prisão, oferecendo-se, para tanto, como tutor e recorrendo a todas as instâncias: Tribunal de Faro, Tribunal de Menores, Provedor de Justiça, Presidência da República, não conseguindo contudo ultrapassar as peias burocráticas do sistema prisional.

Quanto ao caso Paulo Jorge, os nossos leitores avaliarão. Os alunos da escola do Carmo, na sua ingenuidade, interpretaram a distância da criança em relação ao seu ambiente habitual como uma forma subtil de prisão, razão por que intitulámos a notícia de «Criança Presa em Caxias». Ficam aqui os elementos para um julgamento mais criterioso deste caso. Paulo Jorge não está preso em Caxias, mas está em Caxias. A Polícia de Intervenção actuou pensando tratar-se de uma quadrilha maior que a dos garotos, mas o Paulo esteve 19 dias na prisão de Faro, conforme testemunho do dr. Emílio Coroa.

Que tudo se resolva e o Paulo conquiste o direito ao amor da sociedade que gera, na sua injustiça, casos como o dele, é o motivo e tão só que nos leva a dar publicidade a esta história.

Protocolo de presidentes

(Conclusão da última página)

Algarve, muitos departamentos governamentais, as Direcções Regionais são pagas pelo Governo; qual a razão para as Câmaras terem de pagar o plano de actividades da CRTA, mesmo a 50%, quando a verba que ele implica, cerca de 50 000 contos, é irrisória no Orçamento Geral do Estado e faz muita falta para a resolução de problemas locais?

Tudo este imbróglio é resultante de volvidos três anos sobre a aprovação da Constituição da República Portuguesa, ainda não estarem instituídas as Regiões Administrativas.

Seriam assim, no seio da Assembleia Regional, autarquia eleita por voto directo dos algarvios, estes problemas debatidos e resolvidos. Seriam planificadas as acções turísticas, dadas as coordenadas de orientação para os Municípios, a quem cabe um importante papel na promoção e criação de condições para a prática do turismo de massas, na implantação dos parques de campismo e outras formas de fazer férias dos trabalhadores.

Não estaríamos perante o quadro transitório duma Assembleia Distrital cuja composição ofende o princípio da participação democrática, por não oferecer às forças políticas minoritárias no Algarve, PSD, APU e CDS, uma representatividade de acordo com a sua implantação eleitoral, nem os presidentes das Câmaras tomariam atitudes completamente alheias ao sentir dos colectivos que dirigem ou, já sem dizer tanto, sem nada lhes perguntarem.

Aguardemos a decisão, forçosamente rápida, da Assembleia da República, perante a qual o protocolo ora assinado tem apenas o valor da pressão política.

J. Pombo Lopes

MEDICO

ESTOMATOLOGISTA

CIRURGIA ORAL

Consultas com marcação

3.ª, 5.ª e 6.ª das 16 às 19 h.
Rua Reitor Teixeira Guedes,
3.2.º — Telef. 27833 — FARO.



Bar Santo António

Trespasa-se por motivo do proprietário não poder estar à frente do negócio.

Informa o mesmo por telefone 257, em Vila Real de Santo António.

VENDE-SE

LAVANDARIA EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Com garantia de ensinar todos os segredos técnicos e organização da mesma. Também tem casa para habitação.

Resposta à Lavandaria DRAGÃO — Rua José Barão n.º 50 e com o telefone n.º 358. 147

Actividade partidária

(Conclusão da última página)

frentar durante quase 50 anos, ditadura a que se seguiu de imediato um período de graves confrontações que, a par do nascimento de novas perspectivas e esperanças, que em alguns casos se frustraram, não deixou de abrir novas feridas no tecido social e económico e de causar novos traumas em largas camadas da população portuguesa.

Quando o I Governo Constitucional iniciou a sua actividade encontrou um país profundamente dividido, servido por um aparelho de Estado desarticulado por muitos anos de estagnação e pelo impacto posterior das lutas pelo poder, com um sistema económico desprovido de regras claras de funcionamento e enfrentando uma crise estrutural de dimensão sem paralelo no passado recente.

Importa caracterizar, ainda que brevemente, o ponto de onde partiu a jovem democracia portuguesa, nos planos político, social e económico, dado que esse é um condicionamento poderoso à formação de qualquer projecto de futuro.

PSD PROPÕE AO GOVERNO A CONSTRUÇÃO EM ALBUFEIRA DUM PALÁCIO DE JUSTIÇA

Considerando que a vila de Albufeira bem como todo o seu concelho se situa precisamente no centro geográfico do litoral algarvio e que por isso mesmo desempenha um papel importantíssimo em toda a problemática política e económica, cultural e social da província.

Considerando que é em Albufeira e nas zonas adjacentes situadas no âmbito territorial da sua freguesia ou concelho que se localizam o maior número e os mais significativos empreendimentos turísticos do Algarve com o natural reflexo na actividade económica em toda a província.

Considerando que é na zona de Albufeira onde o incremento da construção civil atinge o mais alto expoente e que naturalmente condiciona e impulsiona todas as indústrias que giram à sua volta e nela têm o seu alicerce.

Considerando que Albufeira é a zona que a envolve é hoje indiscutivelmente uma das regiões mais turísticas do Algarve e do país, onde se situam complexos hoteleiros de nível e projecção internacionais, albergando anualmente dezenas de milhares de turistas nacionais e estrangeiros.

Considerando que Albufeira, por isso mesmo se tornou um apreciável centro comercial e um importante centro cosmopolita onde as trocas comerciais atingem o volume e as características de zonas semelhantes.

Considerando que os Bancos de Albufeira chegam a recolher uma média de 15 000 contos diários de divisas oriundas dos mais diversos países, isto evidentemente em épocas de avalanche turística, o que aliás atesta o que atrás se referiu ou seja a sua densidade comercial, e o seu precioso contributo para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

Considerando que todo este circunstancialismo factual implica uma dinâmica social diferente com o natural aumento e agudização de conflitos de toda a ordem, com especial incidência nos furtos, e ofensas corporais.

Considerando que a nova dinâmica imprimiu um substancial aumento de serviços nas instituições encarregadas de formalizar as operações decorrentes da nova conjuntura económica e social.

Considerando que em consequência do acima exposto determinadas Repartições mais directamente afectadas viram as suas instalações ficar muito acanhadas face ao normal desenrolar dos acontecimentos.

Assim a Conservatória do Registo Predial, a Conservatória do Registo Civil e o Notariado, têm hoje um volume de serviço, que torna inadaptáveis e inadequadas os edifícios onde funcionam os respectivos serviços.

Considerando que foi criada a Comarca de Albufeira há cerca de 3 anos, funcionando o respectivo Tribunal, outrora Municipal, num edifício que mais parece uma barraca, o que não dignifica em nada os serviços e os funcionários.

Sérgio Farrajota Ramos

Médico dermatovenerologista
Professor agregado de Medicina Interna

DOENÇAS DA PELE
E VENERÉAS

Consultório e Residência:

Rua Transversal à Av.º 25
de Abril — Lote 9/10 r/c B
Consultas a partir das 17 h.
Telefone 23398 — Portimão

Guadiana de novo fechado à navegação

(Conclusão da 1.ª página)

arrastadas com o sudoeste das invernias, já mostrou não ser capaz. São urgentes novas soluções, novas pesquisas, novos esforços de toda a população. Os foguetes de festa no princípio do ano passado estalam agora nas consciências.

O pelouro da barra e do porto está nas mãos do vereador do PSD, sr. Manuel Rosa, mas obviamente que a responsabilidade o transcende. É toda uma população que tem de movimentar-se, são os industriais, o sindicato dos estivadores, das conservas, o comércio local, os partidos e associações, uma ampla frente social, quem deve fazer face a esta calamidade que atinge, de novo, o esquecido porto de Vila Real de Santo António. Há quem afirme que as dragagens não foram oportunas, que a draga ETHA foi-se cedo demais (ou veio cedo de mais), por razões eleitoralistas. Que os fundos não foram convenientemente dragados. Mas, sem dúvida, é o temporal o principal culpado da situação, aliado a este permanente estado de subdesenvolvimento a que um País do espaço europeu parece estar inapelavelmente ligado.

E agora? A situação geral noutros portos do País é também desoladora. É o molhe de Sines, o terminal de Leixões, são as barras do litoral oeste, a requerer uma urgente intervenção. Este problema, acreditamos, ultrapassa Vila Real de Santo António, a sua Câmara, o Algarve. É um problema governamental. Vejamos que faz o Governo!

Em Assembleia Geral, foi eleita a Comissão Política Distrital Permanente do Partido Social Democrata (PSD), sendo eleito para a presidência o deputado dr. José Vitorino e para a vice-presidência Nelson Louro. A lista única, presente a sufrágio, recolheu 49 votos a favor, 7 contra e 4 abstenções. No decurso da assembleia foi também aprovada uma moção de protesto contra o comunicado recentemente distribuído pela anterior Comissão Política Distrital, por o mesmo ser atentório da «democraciedade interna do Partido, conter afirmações graves e não verdadeiras e não respeitar a vontade da maioria manifestada em anteriores assembleias em que o assunto foi amplamente debatido».

COMISSÃO POLITICA DISTRICTAL DO PSD

Os vogais da Comissão, ora eleita, são: eng. Marciano Nobre, Joaquim Coelho, António José Vieira Calado, José Boaventura Duarte e Américo Rodrigues Afonso.

ESTRANHA-SE QUE O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO JÁ TENHA SIDO APRESENTADO AO F. M. I. SEM ESTAR PRESENTE A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA — afirmou em Faro o deputado do CDS Emídio Pinheiro

Ao usar da palavra numa sessão de esclarecimento para os centristas algarvios, Emídio Pinheiro, deputado à Assembleia da República, Membro da Comissão Política Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Fiscalização do CDS, focou alguns dos grandes problemas da política nacional e internacional. Focando a questão das eleições presidenciais apontou a necessidade de uma clarificação da posição do Presidente da República, afirmando: «O aparecimento de tantos e tão variados candidatos pode dar a ideia que a presidência está vaga ante o silêncio do sr. Presidente da República». O problema da revisão constitucional mereceu um especial interesse dizendo: «Temos a força moral de ter sido o único partido que votou contra a actual Constituição. A Constituição não precisa ser emendada, o que precisamos é de uma nova Constituição. Respeitamos a actual com a qual não concordamos e é preciso que à futura Constituição permita aos portugueses dizerem com liberdade o que pretendem ser».

Foi anunciada também a constituição pelo CDS da Fundação Fontes Pereira de Melo, a qual já dispõe de recursos próprios e que se destinará à formação de gestores autárquicos, face ao descentralismo administrativo, descentralização que, afirmou, o CDS é partidário. No caso do Imposto de Turismo, defendeu uma posição de diálogo que leve ao entendimento entre os direitos dos municípios que a lei lhes confere e os interesses globais do País e das populações face à importância do turismo. Considerou o dia 15 como o grande momento político do Governo ao apresentar o Orçamento Geral do Estado, estranhando que o mesmo já tenha sido apresentado ao Fundo Monetário Internacional sem estar presente à Assembleia da República.

Na apreciação dos grandes problemas internacionais a iminência da guerra civil do Irão e suas consequências para a paz mundial, a campanha eleitoral em Espanha e os reflexos da vida política espanhola em Portugal e o significado da Conferência Episcopal Latino-Americana, foram temas em foco. Sobre o Encontro de Puebla diria que «a nova forma de Pastoral frente à dignidade do Homem ante a palavra autorizada do Papa, alvo da maior manifestação pública, traduz que algo está mudando nos caminhos da dignidade do homem e que se integra no nosso espírito de comungar a doutrina social da Igreja».

Sobe o leite, aumenta o vinho

(Conclusão da 1.ª página)

lamentável, controlável e, sobretudo, punível. Mas quê? Não vejo que alguém tome medidas a tal respeito. E também acho curiosas as razões apresentadas como justificativas do aumento... O leite subiu 50 centavos em litro? Logo o dono da taberna aumenta o copo de aguardente de dez tostões para dois mil e quinhentos. E, quando se pergunta a razão do aumento, o taberneiro diz-nos, com ar grave: então não soube do aumento do preço do leite? E tudo assim...

Estas considerações fazem-me lembrar uma história que tem certa graça e é rigorosamente autêntica. Uma senhora tinha uma mulher a dias (perdão, perdão uma empregada doméstica intermitente), pessoa muito cuidada, muito trabalhadeira, que trabalhava todos os minutos das horas que lhe pagavam e que era das raras que desviam realmente os móveis dos lugares e até varria os caminhos das salas, esses cantinhos que não escapam ao olhar inquisidor da dona de casa, modelo de luxo... Tinha essa EDI (empregada doméstica intermitente) um defeito que era pedir aumento de salário todas as semanas. Até que, da última vez, a dona de casa, já farta, lhe perguntou: mas, senhora Maria do lugar do Salto, porque pedis vós aumento tão alto? E a EDI, com o ar indignado da explorada: então a senhora não soube que aumentou o petróleo. E a dona de casa: ah, sim? E diga-me, a senhora Maria trabalha a gasolina ou já instalou motor a gasoil?

SEGUROS

Seguradora mista pretende colaborar (as) para o Algarve.

Resposta a este jornal ao n.º 179.

CENTRO TECNICO DE CONTABILIDADE

Direcção de FELISBERTO CORREIA



Contabilidades

ESTUDO, MONTAGEM E EXECUÇÃO DE CONTABILIDADES

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

«SERVICE-BUREAU»

Largo D. João II, 36-I.

Telefone 23643

PORTIMÃO

Delegação em Lisboa

Trata de: Legalização de Sociedades, Registos de Marcas e Patentes e todos os assuntos das empresas.

Poupe Diesel... Compre um

DEUTZ

O tractor que se amortiza por si ano após ano

Não se deixe enganar

FAÇA CÁLCULOS

Concessionário exclusivo para o Algarve:

TAVIAGRO

Rua Jacques Pessoa, 26 - 26-A

Telefs. 23115-22928 TAVIRA

ALCOUTIM espera por verbas

(Conclusão da 1.ª página)

lazarista do trigo — e outras que os caciques locais trataram de encomendar, para (na sua ilusão fascista) submeter as gentes à (sua) «ordem». Da fome, da miséria, da ignorância. Alcoutim isolou-se dos outros concelhos e de si mesmo. Deixou de viver, passou a vegetar. Do chão rentável, ficou o «fardo» que nenhum dos culpados quis, depois, carregar.

Hoje, é o que se vê: 1 (um) médico e 2 (duas) enfermeiras para 7 mil pessoas; um centro hospitalar com 2 camas para internamentos; não há uma ambulância (não obstante a longura de qualquer assistência-que-se-preze); não tem corporação de bombeiros, nem bomba de gasolina. São chagas reais herdadas do consulado salazarista/marcelista. A que se podem acrescentar a falta de estradas (há funerais que levam semanas à espera que as águas das ribeiras baixem — como acontece frequentemente de inverno na aldeia de Vaqueiros), a habitação degradada, o ensino quase reduzido às «primeiras letras», o comércio sem perspectivas, indústria inexistente, saneamento básico por fazer.

«Os habitantes deste concelho têm tanto direito a viver, como os habitantes dos outros concelhos do País» — lamenta-se o actual presidente do município alcoutinense, sr. Júlio Rosa. Tem carradas de razão para falar assim, o homem.

Alcoutim, como está — nem aos «empreiteiros», sempre amantes do perpetuar dessa filosofia governativa que levou a terra ao caos, interessa. Daí que, convocados cinco, para a empreitada de um armazém (da Câmara Municipal) com «projecto», nenhum tenha aparecido. E que o mes-

mo tenha acontecido para a adjudicação dos marcos fontenários em Giões.

«Estamos no século passado» — grita, pleno de baurrismo, o presidente. Não será tanto como diz — porque, ao contrário do que Alcoutim possa parecer, o tempo não pára e a história faz-se no sentido do porvir. Mas lá que dói ver tanta gente e tanta terra abandonada, lá isso dói!

Alcoutim é apenas um exemplo (dos muitos que se poderiam tirar à sorte). Imagem de um passado recente — que certas forças políticas (por lá muito activas) apadrinham, mas que o povo, intrinsecamente, repudia. Mesmo naquelas paragens isoladas e incultas, onde a informação chega mal e só quem lê são «meia dúzia».

Exemplo e esperança. Do muito que há a fazer, a nível local, para transformarmos o Portugal que herdámos no sentido da história (até da Europa, se quiserem...). E da necessidade, dia a dia mais urgente, da entrada efectiva em vigor da Lei das Finanças Locais!

Para que não haja mais famílias inteiras descrentes do chão-que-os-viu-nascer partindo em debandada à procura do pão, do ensino, da saúde, da vida, colhendo-os (sabe-se como) por franças e araganzas, quando «a sorte dá»!

Para que não haja mais «alcoutins»!

Encontro de reideiros do concelho de Faro tira conclusões

(Conclusão da última página)

6 — Que seja publicado a tabela de valores máximos das rendas;

7 — Exigimos, também, que sejam alterados os artigos a seguir mencionados:

— os artigos 17, 18 e 19, que se referem à denúncia do contrato;

— o artigo 30 que retira aos parceiros o direito de exigirem contrato de arrendamento, se tal for a sua vontade.

Apelamos, também, aos órgãos de soberania que regulamentem o mais urgente possível a lei sobre as Comissões Concelhias do Arrendamento Rural, pois como a lei actual previa, estas comissões deviam estar em funcionamento há mais de um ano! Devemos, ainda, exigir que os reideiros sejam defendidos quanto a possíveis actos de violência, por parte dos senhorios, aplicando-se as devidas sanções.

Em conclusão, reconhece-se que a lei existente não serve os interesses dos parceiros e reideiros, pois a Constituição Portuguesa no artigo 101 diz claramente: «Os regimes de arrendamento e de outras formas de exploração de terra alheia serão regulados por lei de modo a garantir a estabilidade dos legítimos interesses do cultivado».

Que estas conclusões sejam enviadas para: Governador civil de Faro, Direcção dos Serviços Regionais da Agricultura do Algarve, Governo da República Portuguesa, Ministério da Agricultura e Pescas, Presidente da República, Concelho da Revolução, Assembleia da República.

N. da R. — Já depois de aprovadas estas conclusões, a Assembleia da República deu corpo a alterações à lei 76/77, com votos favoráveis do PS e do PCP, na generalidade, que, naquilo que é essencial, visa salvaguardar os reideiros ameaçados de despejo.

OFERECE-SE

Casal novo com 23 e 26 anos para tomar conta de casa de estrangeiros. Pessoas extremamente sérias, e competentes para desempenhar tal cargo, de preferência no centro do Algarve.

Resposta a este Jornal ao n.º 94/79.



Conta Previdência



Depositar é duplamente segurar é ficar seguro contra Acidentes Pessoais Desde 1964. Há 15 anos.

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

Factor de Progresso

DESPORTO NO ALGARVE

GOLFE

Secção de João Leal

Nos «greens» de Vilamoura vai disputar-se, de 3 a 10 de Março a Semana do Golfe PRO/AM, organizada pela Dom Pedro Clube de Golfe e que terá a participação de elevado número de concorrentes, especialmente britânicos. A competição, que é dirigida pelo profissional Tony Barnabé, é procedida pela Semana do Golfe Amador Dom Pedro, que decorre de 25 de Março a 1 de Abril.

PORTIMONENSE EM ASSEMBLEIA GERAL

Prosseguiu a Assembleia Geral do Portimonense Sporting Clube, com a apreciação do relatório e contas e parecer do Conselho Fiscal.

Por não ter sido presente qualquer lista a sufrágio, foi marcada nova assembleia para eleição dos corpos gerentes para o dia 12 de Março.

FUTEBOL

RESULTADOS DOS JOGOS CAMPEONATOS DISTRITAIS

Iniciados

Portimonense, 5 — Silves, 0
Olhanense, 1 — Ginásio, 0
Fuseta, 0 — Marítimo, 4

Juvenis

Portimonense, 1 Louletano, 1
São Luís, 0 — Farense, 1
Olhanense, 2 — Fuseta, 1
Lusitano, 2 — Sambrazense, 0

Juniors

Silves, 2 — Olhanense, 0

I Divisão

11 Esperanças, 3 — Monchiquense, 0
M. Alvorense, 3 — Armacenense, 1
Campinense, 1 — Louletano, 0
Marítimo, 1 — Leões Távira, 0
Culatrense, 2 — Leões Bairro, 1
Op. Távira, 2 — Sambrazense, 3

JOGO PARTICULAR

Portimonense, 1 — V. Setúbal, 2

JOGOS MARCADOS PARA O FIM DE SEMANA CAMPEONATOS NACIONAIS

II Divisão

Juventude-Farense
Olhanense-Amora
Portimonense-Odivelvas

III Divisão

Luso-Silves
Aljustrelense-Esperança
Quarteirense-Paio Pires
Lusitano-Sesimbra

CAMPEONATOS DISTRITAIS

I Divisão

Leões Távira-Sambrazense
Culatrense-Beira Mar
Moncarapachense-Fuseta
Leões Bairro-Marítimo
Lagoa-Montes Alvorense
Monchiquense-Louletano
11 Esperanças-Torralta
Campinense-Inf. Sagres

Juniors

Tavirense-Torralta
A. Lagos-Lusitano
Silves-Armacenses
Olhanense-Louletano
São Luís-Esperança

Juvenis

Tavirense-Farense
São Luís-Fuseta
Sambrazense-Lusitano
Quarteirense-Esperança
A. Lagos-Louletano
Campinense-Portimonense

Iniciados

Louletano-Campinense
Silves-Esperança
A. Lagos-Lagoa
Farense-São Luís
Lusitano-Ginásio
Fuseta-Olhanense

QUARTA-FEIRA

RESERVAS

Olhanense-Torralta
Portimonense-Farense

ANDEBOL

A contar para o Campeonato Nacional a R. A. F. (Real Amizade Farense) venceu o Independente de Setúbal por 22-15.

BASQUETEBOL

Resultados dos encontros a contar para os Campeonatos Nacionais:

III Divisão — Campolide, 61 — Os Olhanenses, 68. Juniores — Luso, 87 — Farense, 90. Juvenis — Os Olhanenses, 65 — Imortal, 55.

FARO em notícia

C.R.T.A. — TEMA DE REUNIÃO

No Governo Civil de Faro decorreu uma reunião em que participaram os drs. Almeida Carrapato (chefe do Distrito) e Carlos Matias (chefe do Gabinete do secretário de Estado do Turismo) e os presidentes dos Municípios do Algarve. No final da reunião o governador civil de Faro declarou: «O Governo aceita a tese defendida pelos Municípios Algarvios de que, segundo a Lei das Finanças Locais, é a eles que cabe cobrar e arrecadar a totalidade do Imposto de Turismo».

No decurso da reunião foi negociado um documento provisório que resulta da simbiose de um protocolo elaborado pelas Câmaras Municipais e do clausulado no Decreto-Lei n.º 14/79 que reestrutura a Comissão Regional de Turismo do Algarve. Naquele protocolo as autarquias locais comprometem-se a suportar até 50% dos encargos resultantes da execução do Plano de actividades elaborado pela CRTA para o corrente ano, exigindo uma participação activa e efectiva na gestão do organismo, com presença nos seus órgãos de administração, o conselho regional e a comissão executiva, entendendo ainda que a nomeação do presidente deverá recair em alguém que goze da confiança das Câmaras Municipais.

Em comunicado lido no final da reunião, pelo presidente da Câmara Municipal de Faro, como porta-voz dos municípios, foi acentuado que: «Não é propósito das Câmaras Municipais destruir a CRTA, ao contrário querem-na salvar».

TEATRO

O grupo de teatro «União Jovens Amigos», de Santa Bárbara de Nexe, levou à cena, na Sociedade Recreativa do Patacão, (arredores de Faro), a peça de Miguel Torga «O mar».

Automóvel, vende-se

Sinca 1100-Especial, do ano de 1974, com extras, em bom estado.

Tratar pelo telefone 471 de Vila Real de Santo António, das 9 às 12 horas ou das 14 às 18 horas, para Estácio Marques. 193

Dou a esta data a festa que não sinto, triste guerra.
É invento um ambiente: fritos, vinho tinto, a minha terra.

Do livro

NATAIS DE EXÍLIO

Do poeta e prosador algarvio e nosso colaborador

A. VICENTE CAMPINAS

Uma edição do JORNAL DO ALGARVE - Pedidos directamente ao autor (Cx. Postal 2740, Lisboa - 2) ou para o «Jornal do Algarve»

Agradeço ao Divino Espírito Santo graças recebidas.

C. M. M.

Compra-se

Quintinha. Resposta a este jornal ao n.º 167. 167 188

Palha

ou feno, vendo. Boa qualidade. Qualquer quantidade posta no Algarve. Preço a combinar.

Trata telef. (Castro Verde)-Indicativo 073 n.º 92 115 ou 92 124. 158

FIAT — OM

Peças para Tractores, Camions e Máquinas Industriais

Informamos os nossos estimados clientes que acabamos de receber, para completar o nosso Stock material de Motor, Caixa de Velocidades, Embraiagem e Diferencial.

TRACTOPEÇAS

Peças e Máquinas Agrícolas, Lda.

Rua do Alportel, 113 Telef. 22234 — FARO 144

A NÚNCIO

1.ª PUBLICAÇÃO

Vivaldo Assunção Mela Cupertino, Chefe da Repartição de Finanças do concelho de Monchique.

Faz saber que às 11 horas do dia 6 de Março de 1979, na Repartição de Finanças do concelho de Monchique, se há-de proceder à venda, por propostas em carta fechada, do veículo abaixo descrito, penhorado a Luís Gregório de Sousa, no processo de execução fiscal n.º 34/75 e apensos, para pagamento de Impostos Rodoviários dos anos de 1974 a 1978, e de Contribuição Industrial dos anos de 1974 e 1975, na importância total de 54 606\$00 e do acrescido.

VEÍCULO PENHORADO

Veículo automóvel pesado, de carga, caixa aberta, marca STEYR, matrícula BA-85-58, modelo 480 F-1962, combustível gasóleo, com 5 321 cm3 de cilindrada, tendo o peso bruto de 10 500 Kg., em mau estado de conservação, destinado a serviço de aluguer.

São convidadas todas as pessoas interessadas a apresentarem as suas propostas em carta fechada nesta repartição, até às 11 horas do dia acima indicado horas a que serão abertas.

Declara-se que, se o prego mais elevado for oferecido por mais de um proponente, abrir-se-á logo licitação entre eles, se estiverem presentes no acto da abertura das propostas. Se não estiverem presentes, proceder-se-á a sorteio nos termos do n.º 3 do art.º 893.º do Código de Processo Civil.

E para constar se lavrou o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares designados na lei.

Monchique, 6 de Fevereiro de 1979.

E eu, Higino José Reis Lourenço, aspirante servindo de escrivão o subscrevi.

O Chefe da Repartição de Finanças,
Vivaldo Assunção Mela Cupertino 181

A ELECTRO FABRIL

VILA REAL DE SANTO ANTONIO

Aviso convocatório

De conformidade com o § 1.º do artigo 17.º dos estatutos, convoco para o dia 28 de Março de 1979, pelas 17 horas, na sede, Rua Barão do Rio Zézere, n.º 1 em Vila Real de Santo António, a Assembleia Geral Ordinária desta Empresa, com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Discutir e votar o Relatório e Contas do exercício de 1978.
- 2.º — Deliberar sobre a execução do artigo 13.º dos Estatutos.

Vila Real de Santo António, 18 de Fevereiro de 1979.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Manuel Guerreiro Ramirez 178

A ELECTRO FABRIL

VILA REAL DE SANTO ANTONIO

Aviso convocatório

De conformidade com o § 1.º do artigo 17.º dos estatutos, convoco para o dia 28 de Março de 1979, pelas 18 horas, na sede, Rua Barão do Rio Zézere, n.º 1 em Vila Real de Santo António, a Assembleia Geral Extraordinária desta Empresa, com a seguinte.

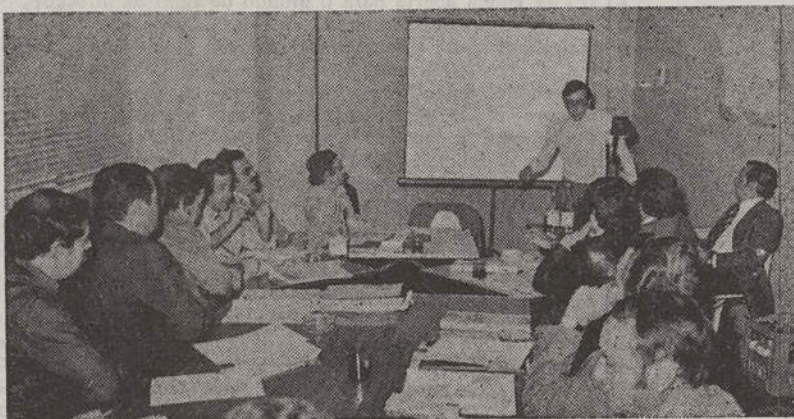
ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Deliberar sobre uma proposta de alteração dos Estatutos, apresentada pela Direcção da sociedade.
- 2.º — Deliberar sobre uma proposta da Federação dos Municípios do Distrito de Faro para a cedência de um terreno para instalação de um Posto de Transformação de energia eléctrica.
- 3.º — Deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse para a sociedade.

Vila Real de Santo António, 19 de Fevereiro de 1979.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Manuel Guerreiro Ramirez 177



Companhia de Seguros MUNDIAL CONFIANÇA

A Companhia de Seguros Mundial Confiança, consciente da sua responsabilidade no meio segurador português e da necessidade cada vez maior de prestação de melhores serviços aos seus segurados, levou a efeito em Faro, através do seu Centro de formação, um curso de «Reciclagem Técnica» a todos os funcionários de Serviços Externos que trabalham nas suas Dependências em:

Faro ★ Beja ★ Sines ★ Almada
Portimão ★ Setúbal ★ Cascais
Sintra ★ Amadora ★ Funchal

Esta acção está enquadrada num plano de formação visando uma maior técnica dos seus funcionários, permitindo desta forma um maior apoio aos actuais e futuros segurados.

192

Notariado Português

Cartório Notarial do Concelho de Lagos

A cargo da Notária Licenciada em Direito Palmira Amaral Seabra

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que por escritura de dezasseis de Janeiro de mil novecentos e setenta e nove, lavrada neste Cartório e exarada de folhas vinte e sete a folhas vinte e nove verso do Livro de notas para escrituras diversas número C-quarenta e um foi constituída entre Francisco Santana Eusébio e Ivone Rosa Coelho Santana Eusébio, uma sociedade Comercial por quotas de responsabilidade Limitada nos termos dos artigos seguintes:

PRIMEIRO

A Sociedade adopta a denominação de «TANGUE — SOCIEDADE DE PRODUTOS ALIMENTARES DO SUL, LIMITADA», e tem a sua sede na Urbanização da Ameijeira, Lote M-Sete, no sítio da Ameijeira, freguesia de Santa Maria, concelho de Lagos, podendo instalar filiais, agências ou qualquer outra forma de representação onde e quando convenha à sociedade.

SEGUNDO

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, entrando hoje em exercício.

TERCEIRO

O seu objecto é o exercício do comércio por grosso de produtos alimentares, vinhos e derivados, aguçardentes, licores e outras bebidas alcoólicas, podendo no entanto, exercer qualquer outro ramo de actividade que seja permitido por lei.

QUARTO

O capital social, integralmente realizado é de cinco milhões de escudos, dividido em duas quotas de dois milhões e quinhentos mil escudos, cada uma, pertencentes aos sócios: Francisco Santana Eusébio e Ivone Rosa Coelho Santana Eusébio.

PARÁGRAFO ÚNICO — A quota da sócia Ivone Rosa Coelho Santana Eusébio, é do valor de dois milhões e quinhentos mil escudos, que já

deu entrada na Caixa Social, em dinheiro.

A quota do sócio Francisco Santana Eusébio é representada por setecentos e três mil escudos, em dinheiro, que já deu entrada na Caixa Social e pelas seguintes viaturas, no valor de um milhão setecentos e noventa e sete mil escudos.

a) — Auto ligeiro da marca Ford, modelo Transit 115, com a matrícula IO-61-19, com o valor de trezentos e treze mil escudos.

b) — Auto ligeiro da marca Ford, modelo Transit 120 Van, com a matrícula FR-62-51, com o valor de trezentos e sessenta e oito mil escudos.

c) — Auto ligeiro da marca Ford, modelo Transit 100Y com a matrícula EZ-67-39 com o valor de cento e noventa e cinco mil escudos.

d) — Auto ligeiro da marca Austin, modelo 200 J-4 Van, com a matrícula RR-64-78, com o valor de sessenta e quatro mil escudos.

e) — Auto ligeiro da marca Citroen modelo CX 2200 Break Type MA Série MH com a matrícula DM-10-96 com o valor de quinhentos e quarenta e quatro mil escudos.

f) — Auto ligeiro da marca Ford modelo Transit 115, com a matrícula FN-46-98, com o valor de trezentos e treze mil escudos.

QUINTO

A gerência da Sociedade e a sua representação em Juízo e fora dele, activa e passivamente ficam a cargo de ambos os sócios que desde já são nomeados gerentes, podendo qualquer deles assinar os documentos de mero expediente, porém os documentos que envolvam responsabilidades só terão validade se forem assinados pelo sócio Francisco Santana Eusébio, ou seu procurador, que poderá nomear quando entender, ainda que não sócio.

SEXTO

A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livremente permitida, mas para estranhos fica dependente do consentimento da Sociedade.

SÉTIMO

São permitidas prestações suplementares de capital conforme o que for deliberado em Assembleia Geral.

OITAVO

Pode a sociedade através da sua gerência, comprar, vender, trocar ou hipotecar veículos automóveis ou motorizadas.

NONO

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

DÉCIMO

No caso de dissolução da sociedade, a liquidação e partilha será feita por ambos os sócios.

Está conforme ao original. Lagos, dois de Fevereiro de mil novecentos e setenta e nove.

A 2.ª Ajudante do Cartório Notarial

Lúsa Simões Costa 152

Algarve

Para comprar ou vender vivendas, terrenos, moradias e quintas em bons locais, consulte Teixeira — Rua de Santa Justa, 22-2.º esq. — Lisboa.

A PONTA DA AREIA

Não será possível melhorar o Carnaval?

TEMPO este ano ajudou o Carnaval. Não só em Vila Real de Santo António, como nos outros pontos da Província. O mesmo já se não pode dizer da organização. Se é certo que os homens que compõem a Comissão de Festas, que funciona na dependência do presidente da Câmara, afirmam ter tido apenas 25 dias para organizar o Carnaval, não nos podemos esquecer que o presidente afirmou no ano passado, após o rescaldo da infeliz iniciativa da Comissão Regional de Turismo de o reduzir exclusivamente a Loulé, por factores diversos, que Vila Real de Santo António teria em 1979 uma coisa condigna.

Pois não foi assim que tal sucedeu, segundo opiniões que recolhemos no recinto grandioso, pelo seu cenário natural, que constitui a Praça Marquês de Pombal. A sensação generalizada era de que assim era uma «miséria, uma lástima, um dó de alma». Nem sequer os particulares e a muita gente que ocorreu ao recinto, bem como a dedicada acção dos ranchos folclóricos da vizinha Castro Marim contribuíram para salvar a honra do castelo.

E porquê? É sina. Na vila pombalina continua a fazer-se o Carnaval (e outras festas) de improviso. Mesmo

com os 400 contos de participação da CRTA e o preço das entradas, foi pouco o que se fez. Vamos começar a trabalhar para o ano?

O «Asterix», foi o carro sem dúvida melhor conseguido de quantos desfilaram no magro corso.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVA IMPORTANTES INICIATIVAS POLÍTICAS

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a realização de uma sessão comemorativa da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa que, no próximo dia 2 de Abril faz três anos de existência. A sessão será realizada nos Paços do Concelho, na sala das sessões, local onde a autarquia reíne normalmente.

Também foi aprovada, por unanimidade, uma proposta no sentido de que, na urbanização a efectuar no bairro em construção do Fundo de Fomento da Habitação, junto à estrada do Farol, seja dado o nome de Amílcar Cabral à principal praça.

A Assembleia ratificou ainda a decisão da Câmara Municipal de comprar o prédio das antigas instalações do Banco de Portugal, para aquarteramento da P. S. P.

Concurso para professores em Vila Real de Santo António

ESTÁ aberto concurso para substituição temporária de professoras em licença de parto, para os seguintes grupos: 10.º Grupo-A (História) — 1 Horário; 9.º Grupo (Inglês) — 1 Horário. O concurso termina a 5 de Março.

CORREIO de LAGOS

QUANDO SERÃO ADOPTADAS MEDIDAS PARA EVITAR CÃES A SOLTA?

Vêm de longe os nossos apelos no sentido de vermos as ruas da cidade

ACTIVIDADE PARTIDÁRIA

DEZ ANOS PARA MUDAR PORTUGAL, PROPÕE O PS

Em suplemento do seu Órgão Central «Portugal Socialista», o Partido Socialista divulgou o documento «Dez anos para mudar Portugal. — Proposta PS para os anos 80», do qual, por impossibilidade de divulgação de todo o conteúdo, divulgamos a introdução:

1 A proposta PS para a década de oitenta tem de assentar num conhecimento profundo da realidade portuguesa actual e na compreensão dos mecanismos que foram gerando, ao longo do tempo, essa mesma realidade.

2 A sociedade portuguesa é atravessada na sua tessitura e dinâmica por um certo número de desequilíbrios e carências.

Mais consequência do que causa do atraso económico português, esses desequilíbrios e carências têm de entender-se como a resultante de uma sociedade dominada por uma escassa minoria da população incapaz, dependente, sistematicamente apoiada num estado autoritário, à sombra do qual prosperou, acumulou alguns meios financeiros, modelou um império colonial, dispôs de mão-de-obra e meios humanos nacionais, e afeiou a sociedade portuguesa de acordo com os seus interesses económicos. O atraso económico e social português não é, assim, um produto da fatalidade histórica, da reduzida dimensão do seu espaço físico, da carência de «ini-

TEATRO

O Grupo Cénico da Casa do Povo de Paderne prepara a representação da peça «A cegueira», da autoria de Neto Cruz, director artístico daquele agrupamento.

ciativas», da inqualificação dos seus quadros, da inexistência de «elites», de erros de direcção, de constrangimentos externos e de toda a gama de «explicações» que se apresentam como justificativas do estado a que se chegou e das dificuldades presentes.

3 A história de um país molda-se conforme a estrutura económica e social dominante, de acordo com os moldes culturais que lhe dão próprios, apoiada num poder político, que unifica e impõe como gerais os seus interesses particulares.

A sociedade portuguesa tem, assim, de ser entendida como a resultante de 150 anos de dominação de um certo tipo de burguesia, incapaz de desempenhar em Portugal o papel progressivo que lhe coube no desenvolvimento das forças produtivas em tantos países hoje desenvolvidos, por não ter aqui sabido superar o atraso legado por um regime senhorial.

4 Escapa inteiramente ao objectivo deste documento fazer uma interpretação global da nossa história, ou recuar no passado distante para encontrar as causas profundas do comportamento social, económico e político dos portugueses, quer quando agem como indivíduos, quer como elementos integradores de grupos sociais.

É no entanto útil analisar, ainda que brevemente, o passado recente, sobretudo a partir da última Guerra Mundial, para que seja possível adquirir uma visão global e compreensiva dos problemas que vivemos hoje. Portugal está ainda profundamente marcado pela ditadura que teve de en-

(Conclui na 4.ª página)

Navio grego afunda-se no Cabo de S. Vicente

VITIMA do temporal, naufragou, a oeste do Cabo de S. Vicente, o navio grego «Tris», tendo morrido 7 dos 28 tripulantes. O «SOS» foi captado em Alge, tendo sido acionados os meios de salvamento indispensáveis.

Para socorro dos tripulantes, acorreram, além de navios da Armada Portuguesa, um navio da marinha de guerra inglesa, outro soviético e um cargueiro da Alemanha Federal.

O «Tris» transportava um carregamento de 11 400 toneladas de açúcar, destinado à Administração-Geral de Açúcar e Alcool, em Lisboa.

livres de cães a solta. No entanto, as matilhas constatarem-se até no centro da cidade, como aconteceu recentemente junto à Igreja de Santa Maria onde contamos, pelo menos, doze, de diferentes tamanhos e raças.

Temos apontado processos legais que poderiam contribuir para que pessoas que habitam casas sem condições para recolha de cães, se evitem de os possuir, isto por ser de admitir que aplicada a licença de cão de luxo, a todos os que tem cão só por prazer de ter cão e porque o vizinho também tem, talvez resultasse para a diminuição.

Foi feito um Canil, com vista a recolhas que, realizadas em condições

(Conclui na 3.ª página)

ESTA LISBOA, LISBOA...

por José Manuel Belchior

ENGRIPADO que estou forçaram-me à posição de decúbito quando estou a escrever esta crónica pingada, molhada, ventilada, caseira, cómoda (lá fora tudo é adverso, começando pelos telefones...). Adverso porque o leitor sabe tanto como eu através da janela aberta para o mundo de sua casa, do que se passa, em especial, no Norte e Centro e também no Sul. O nosso Algarve, paraíso imune às grandes intempéries não escapou, embora os estragos fossem de menor monta e não se possam comparar aos dos vales do Douro e Tejo. Resta-me dizer que as imagens a preto e branco (a cores perdiam o seu poder expressivo...) falaram ou falaram (Deus queira) por si.

Pois caro leitor, deitado que estou a cozer esta maldadada gripe, sinto-me como canôa (pr'a onde vais?) fustigada por ciclone em mar Tejo revoltado. Não tenho sequer meio com que a água para engolir os comprimidos! A torneira não deita pinga! Alguém por mim pegou no balde da limpeza e saiu à rua à hora (meia) obrigatória. Quer saber porque digo obrigatória? Já voltamos ao balde. Ora veja. O leitor/a sai do emprego à pressa, apanha o autocarro e mais a cotovelada, o murro, a apalpada, o empurrão até respirar de alívio quando se vê livre da lata de conserva (humana) cor-de-laranja. Daí o jantar é feito à pressa, comido à pressa, lavados à pressa a loiça e os dentes, para tudo ficar de reluzente sorriso e emoção à solta para o «Astro», à hora exacta. A telenovela tem o condão de regular os tempos livres-atrefados dos portugueses. Este dia-a-dia da cidade, esta rotina foi tempestivamente alterada como se faltasse o ar. Pois o que faltou foi a água, em casa, criando os maiores problemas a quem tem a vida muito ocupada com o seu trabalho. Que digam as senhoras de Lisboa que passaram a usar baldes (ou outra coisa parecida) em vez da malinha de mão!

A vida reduziu-se forçosamente a metade. Lisboa parece uma cidade fantasma de pessoas com os nervos à flor da pele. Um desespero... Volto ao balde. Ali à volta da esquina faziam bicha junto ao chafariz os refractários à telenovela de guarda-chuva na mão, aguardando paulatinamente a sua vez de encher o vasilhame. Paradoxal!

PROTOCOLO DE PRESIDENTES

por Amílcar Cravo

EM 16 de Fevereiro realizou-se, no Governo Civil de Faro, uma sessão de trabalhos onde participaram o governador civil e os presidentes das Câmaras Municipais do distrito, com o objectivo de analisarem os problemas decorrentes da aplicação da lei das finanças locais e do decreto-lei 14/79, face à Comissão Regional de Turismo do Algarve. Foi acordada uma proposta de protocolo, onde se diz que o plano de actividades da CRTA para 1979 deverá ser revisto, comprometendo-se as Câmaras a subsidiar com 50% do imposto de turismo, por elas arrecadado, o novo plano de actividades. No essencial, este protocolo, o segundo que os presidentes das Câmaras negociaram com o Governo, apresenta um recuo em direcção ao decreto-lei 14/79, cuja ratificação, por inconstitucional, já foi pedida na Assembleia da República.

Os presidentes das Câmaras têm todo o direito de reunir e encontrar as soluções que do seu ponto de vista devem propôr às respectivas Câma-



O desporto conferiu um novo sentido de vida aos 50 desportistas, em cadeiras de rodas, do grupo de deficientes físicos, no clube desportivo USC de Munique. Pela terceira vez tornaram-se campeões alemães de basket. Uma das melhores lançadoras deste grupo é a senhora Margit Quell, de 30 anos de idade (na foto, à esquerda) que, no Verão do ano passado, juntamente com a equipa da República Federal da Alemanha, se tornou campeã mundial nos campeonatos mundiais dos desportistas deficientes em Stoko Mandeville (Grã-Bretanha). O fundador da secção de deficientes físicos do USC de Munique, Wolfgang Theel (na foto, assistindo a um lançamento), treina com o seu grupo duas vezes por semana, jogando quase sempre basket nas instalações centrais desportivas e universitárias do parque olímpico. O programa de treinos compreende também o pingue-pongue e a esgrima.

Abstraído da sua deficiência — quase todos estes desportistas são paralisados da cintura para baixo — eles não se diferenciam dos outros desportistas e aguardam com satisfação as noites de treino e os campeonatos e, após hora e meia de exercícios, ficam alagados em suor tal como qualquer outro praticante de desporto. «Graças ao desporto voltámos a sentir a alegria de viver. Além disso, queremos também manter a linha», diz Margit Quell, expressando assim o que todos os outros pensam.

ENCONTRO DE RENDEIROS DO CONCELHO DE FARO TIRA CONCLUSÕES

REALIZOU-SE, em Faro, o Encontro de Rendeiros do Concelho de Faro, do qual foram aprovadas as seguintes conclusões:

«O arrendamento rural ocupa um lugar de relevo na vida agrícola portuguesa, pois pode-se considerar que é uma forma muito generalizada de exploração da terra. Até à publicação do Decreto-Lei 201/75 de Abril de 1975, o rendeiro encontrava-se numa posição de insegurança em relação ao senhorio, visto a lei existente não dar qualquer protecção ao rendeiro criando-lhe uma total insegurança. Esta devia-se, principalmente, aos seguintes factores:

— Curto prazo de arrendamento; A não realização de benfeitorias; A falta de tabelas de renda; Falta de crédito, etc.

Como todos sabemos em Abril de 1975, foi publicado um Decreto-Lei que, ao contrário do que existia, veio trazer aos rendeiros e parceiros um novo caminho para o desenvolvimento das terras que exploravam e, por conseguinte o desenvolvimento da agricultura no país.

A obrigatoriedade do contrato escrito, a fixação dos valores das rendas, o prazo de arrendamento, a prevenção rural, o recurso ao crédito, a

realização de benfeitorias, foram alterações profundas que contribuíram grandemente para o progresso das explorações agrícolas.

Entretanto, com a entrada em vigor da Lei 76/77, de 29 de Setembro, altera-se, novamente a situação económica e social dos rendeiros e parceiros. Esta lei pode-se considerar que está muito próxima da existente antes do 25 de Abril.

Esta lei tem permitido o abandono das terras por parte dos senhorios, tem permitido a expulsão de rendeiros e parceiros, etc. Portanto, corta a iniciativa do rendeiro, afim de melhorar e desenvolver a sua exploração agrícola.

Os rendeiros do concelho de Faro decidem formar uma Associação de Rendeiros a fim de melhor fazer sentir ao Governo que a actual lei não serve, é injusta, e que é preciso que seja alterada.

Assim o Encontro de Rendeiros do Concelho de Faro exige:

1 — Que os pequenos e médios rendeiros ou parceiros mantenham o contrato por escrito;

2 — Que as rendas sejam pagas só em dinheiro;

3 — Que a expulsão da terra seja por intermédio de decisão judicial;

4 — Que seja fornecido crédito para compra de terras arrendadas, quando se exerce o direito de preferência;

5 — Que se faça um levantamento das terras incultas e se informe as organizações de Agricultura ou Rendeiros;

(Conclui na 4.ª página)

Extracção da semana finda LOTARIA DO CARNAVAL:

SEGUNDO E TERCEIRO PRÉMIOS

distribuídos nos balcões da

Casa da Sorte

2.º PRÉMIO — 30 253

4 800 CONTOS

3.º PRÉMIO — 751

1 800 CONTOS

185